

## Quem é o sujeito da lesbianidade? Contribuições de Monique Wittig, Judith Butler e Vir Cano

Paula Silveira-Barbosa<sup>1</sup>  
Mônica Saldanha<sup>2</sup>  
Leíner Emanuella de Carvalho Hoki<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo busca indicar possibilidades para responder à questão sobre quem seria o sujeito da lesbianidade, a partir do pensamento de Monique Wittig, Judith Butler e Vir Cano. As contribuições dessas autoras permitem compreender as lesbianidades como uma categoria instável, fluida e politicamente potente, em constante reconfiguração e disputa. Ao articular criticamente esses três referenciais, evidencia-se a possibilidade de um entendimento mais plural e aberto das identidades lésbicas, que não apenas questiona as hierarquias de gênero e sexualidade, mas também amplia os horizontes do reconhecimento e do pertencimento. Diante do recrudescimento político e do avanço de perspectivas essencialistas, que usam argumentos pretensamente biológicos para descrever identidades e práticas, dentro dos ativismos e da Teoria Lésbica, revisitar estudos pioneiros e destacar seu potencial disruptivo torna-se parte fundamental da construção de um ferramental teórico para enfrentar concepções conservadoras e limitadoras da identidade lésbica.

**Palavras-chave:** Judith Butler. Monique Wittig. Teoria lésbica. Vir Cano.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Comunicação Social, com bolsa CNPq, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também atua como pesquisadora do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFMG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5047408471331856>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2012-4978>. E-mail: [paulasb@ufmg.br](mailto:paulasb@ufmg.br).

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e integrante do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFMG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4796742946537445>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7126-3807>. E-mail: [saldcoelho.msc@gmail.com](mailto:saldcoelho.msc@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutoranda em Artes pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista FAPEMIG e integrante do Grupo de Pesquisa Arte, Crítica e Política (UEMG) e do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFMG). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6663548154943217>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7263-2512>. E-mail: [leinerhoki@gmail.com](mailto:leinerhoki@gmail.com).

Historicamente, a lesbianidade tem sido descrita como a identidade de mulheres que se relacionam com outras mulheres. O termo faz alusão à Safo de Lesbos, poeta apontada como responsável por manter um espaço de educação e criação artística na Ilha de Lesbos, em Mitilene, na Grécia. Entre os séculos VII e VI antes da Era Cristã, período em que Safo existiu, a manutenção de um local como esse era uma exceção. Em outros territórios gregos, o acesso à educação e a participação social e política de mulheres era limitado (Flores, 2017).

Mais tarde, entre os séculos XVIII e XIX da Era Cristã, sob o olhar da medicina e da ciência ocidental, de maneira mais ampla, essas sujeitas, que hoje entendemos como lésbicas, passaram a ser identificadas como invertidas sexuais ou homossexuais femininas. Geralmente, tais nomenclaturas eram acionadas para conduzir estudos com abordagens estigmatizantes e discriminatórias (Doyle, 1956).

Diante das limitações de espaço deste artigo e pelo fato de ele não estar centrado em historicizar a expressão “lésbica”, não faremos uma discussão exaustiva sobre esse processo. Ainda assim, para introduzir a problemática proposta, acreditamos ser importante evidenciar a diferença de abordagem de expressões como “lésbica” e “homossexual”. Se por um lado há o acionamento de um passado em que mulheres podiam existir e relacionar entre si com alguma liberdade, por outro, há uma categoria que descreve identidades e práticas com o fim de escrutinar, domesticar, tratar e até evitar um desvio da heteronormatividade.

Considerando essas distinções de abordagem e uso, entende-se porque muitas sujeitas passaram a reivindicar “lésbica” ou “lesbianidade” como nomenclatura para descrever a si mesmas e suas organizações políticas – como se documentou no Brasil, México, Argentina, Estados Unidos e França, apenas para citar alguns exemplos (Fernandes, 2018; Mogrovejo, 2000; Falquet, 2006). Afinal, nomear-se fazendo alusão à uma figura pioneira, seguida por poetas como Teócrito, Catulo, Horácio e Ovídio e que se tornou referência na literatura ocidental (Flores, 2017) é uma possibilidade mais interessante do que se definir em termos médicos, desenvolvidos na esteira de saberes que visavam patologizar sexualidades dissidentes.

A intensificação do apelo ao uso do termo “lésbica” pode ser localizada a partir da segunda metade do século XX, quando emergem os ativismos lésbicos da maneira como compreendemos na atualidade em países das Américas e da Europa Ocidental (Falquet, 2006; 2012). Esse processo está relacionado à relação de ativistas lésbicas com diferentes correntes feministas – o que fez muitas delas se engajarem na luta pela livre orientação sexual de maneira articulada a questões de gênero e raça, por exemplo (Mogrovejo, 2000; Falquet, 2006). Se, por um lado, foi estabelecida uma categoria conjugada em termos que não os de quem estigmatiza determinados sujeitos e práticas, por outro lado a demarcação de limites rígidos, com acenos a uma ‘mulheridade essencial’ pode converter uma categoria identitária pretensamente emancipatória em um novo modelo normativo.

Nesse aspecto, ainda é importante ressaltar que a provisoriedade de sentido é uma característica inerente às palavras e, portanto, a lesbianidade, assim como seus sinônimos e correlatos, também se constituem como signo em disputa. Bruno Leal (2018, p. 18), ao discutir o que chama de “alargamento das noções de texto e textualidades”, oferece contribuições para compreender essa instabilidade ao afirmar que:

[...] **Todo texto é um plasma provisório de um processo em curso, no qual elementos heterogêneos se apresentam articulados, em mais de um nível.** Isso é dizer que todo e cada texto é necessariamente “híbrido”, “intertextual”, “dialógico”, “impuro” e “heterogêneo”, ainda que nem sempre polifônico, a depender do nível que se observa e da definição de polifonia mobilizada (Leal, 2018, p. 26, grifos nossos).

Essa concepção de textualidade como processo aberto permite pensar a lesbianidade não como uma identidade fixa, mas como uma categoria em constante reinscrição de sentidos, aproximando-se das formulações das autorias mobilizadas neste artigo, a exemplo de Judith Butler e suas propostas relacionadas a gênero e sexualidade.

Para refletir sobre as disputas e mudanças de sentido em relação ao sujeito da lesbianidade, propomos, neste artigo, um diálogo entre três intelectuais com contribuições relevantes para os Estudos Feministas e de Gênero. São elas: Monique Wittig, Judith

Butler e Vir Cano. As obras dessas três autorias têm interrogado os feminismos e, de modo particular, as lesbianidades.

Estabelecer essa interlocução pode favorecer o debate sobre o sujeito da lesbianidade, além de contrapor os recentes avanços de feminismos essencialistas e transexcludentes, também automeados como “radicais” ou “críticos de gênero”, que têm recorrido aos ativismos e à produção de teóricas lésbicas para legitimar suas posições (Corrêa; Rodrigues, 2023; Tomé, 2024). Neste artigo, abordaremos as contribuições de cada autoria em ordem cronológica, situando cada pensadora/e em seu tempo e espaço, além de evidenciar as possibilidades e os limites de cada proposta. A seguir, apresentamos brevemente as três pesquisadoras, cujas trajetórias e produções teóricas serão aprofundadas em seções específicas.

Monique Wittig (1935-2003), francesa radicada nos Estados Unidos, foi uma das primeiras teóricas e ativistas lésbicas a expor contradições do movimento feminista da segunda metade do século XX, que era, majoritariamente, refratário às discussões sobre lesbianidade. Sua ruptura com o movimento feminista francês, simultâneo à sua acolhida nos ativismos lésbicos estadunidenses culminou numa produção teórica inovadora e provocativa sobre o caráter político da heterossexualidade.

Nascida nos Estados Unidos, em 1956, Judith Butler é a segunda autoria que discutiremos. Em produção contínua desde os anos 1990, ela atualizou e avançou no debate sobre gênero e sexualidade. Para tanto, retoma autoras feministas, a exemplo da própria Wittig, e complexifica a noção de sujeito, informada pelas teorias psicanalíticas. Embora Butler não possa e nem queira ser classificada como pensadora das lesbianidades, o diálogo intelectual que ela estabelece com o campo permite nossa inclusão no debate proposto.

A mais jovem das autorias cuja obra examinamos neste artigo é Vir Cano (1978-). Influenciada pelas ideias de Butler e Wittig, ela se propõe a discutir o que chama de *Ética Tortillera*, teorizando a lesbianidade como posição de fronteira. Nessa abordagem, Cano articula os aportes de movimentos sociais contemporâneos, filosofia pós-estruturalista e estudos de feministas lésbicas e latino-americanas, produzindo uma contribuição politicamente atual e com inovações estéticas.

## Sentidos da lesbianidade em Monique Wittig

Apesar de sua reconhecida atuação nos movimentos feministas franceses, as reflexões teóricas de Monique Wittig ganharam maior notoriedade no campo dos estudos de gênero por meio das leituras que Judith Butler empreende em *Problemas de Gênero* (2023) e, embora seja frequentemente considerada uma das precursoras da Teoria Queer<sup>4</sup>, a obra de Wittig é alvo de disputas e apropriações muito diversificadas, que passam também pelo separatismo lésbico europeu e chegam até aos feminismos radicais transfóbicos (Shaktini, 2025; Falquet, 2006; Littel, 2021).

Entre seus principais leitores no campo dos estudos de gênero ligados à proposta *queer* encontram-se Teresa de Lauretis, Sam Bourcier e Paul Preciado, além de Butler, que caracteriza o pensamento de Wittig como “ambíguo”, por carregar heranças humanistas ao lado de reflexões que contribuíram para a problematização da heterossexualidade enquanto fundamento das relações tradicionais de gênero (Butler, 2023). A contestação desses aspectos e apegos humanistas, contudo, não se constitui como recusa de suas contribuições, mas como parte de um processo de desconstrução e reapropriação característico da obra butleriana, o que muito contribui para releituras mais potentes do lesbianismo radical de Wittig, às quais buscamos aderir nesse ensaio.<sup>5</sup>

De forma sintética, as análises de Wittig seguem uma linha de raciocínio que se inicia com a construção da noção de sexo como uma classe ou categoria política, esforço que se insere em uma tradição ampla de apropriação das ferramentas marxistas pelo feminismo. A francesa constrói a ideia da mulheridade como pertencimento a uma categoria política, que não coincide ou deriva de uma subjetividade específica, mas vai além, ao apontar que a própria percepção dos corpos na chave da diferença sexual se dá

---

<sup>4</sup> Catarina Rea (2018) elabora uma interessante genealogia alternativa da Teoria Queer a partir de autoras chicanas e negras, com destaque para o caráter eurocêntrico e colonial da narrativa mais conhecida acerca da sua emergência.

<sup>5</sup> A crítica de Butler será aprofundada em tópico específico, contudo, tendo em vista que as interpretações da obra de Wittig sofreram impacto significativo pela mediação butleriana, optamos por mencionar brevemente o tema.

a partir da naturalização de uma determinada ordem econômica, política e ideológica: o regime político da heterossexualidade.

A premissa marxista de que as classes se produzem como efeito de práticas sociais se reelabora no trabalho de Wittig na medida em que o cuidado e a própria reprodução da espécie são concebidas enquanto trabalho e, portanto, inseridas em uma dialética materialista. Contudo, sua abordagem não se funda no binário sexo/gênero, como boa parte da produção feminista estadunidense, mas radicaliza a ideia de “relações sociais de sexo”, herdada do feminismo materialista francês. Com isso, Wittig nega qualquer caráter natural à biologia, já compreendida como um entre muitos discursos científicos marcados pelo dogma da diferença sexual, o que a coloca em confronto direto com os feminismos da diferença, comuns tanto na França quanto nos EUA.<sup>6</sup>

Ademais, a percepção de que as características biológicas tomadas como origem da opressão são, na verdade, efeitos das relações de poder que organizam a reprodução social – forçada, normatizada e inserida no modo de produção capitalista - permitem a caracterização da mulheridade como uma construção social firmada na heterossexualidade e a conseqüente possibilidade de desestabilização dessa categoria por meio da lesbianidade. Contudo, para compreender a visão de Wittig acerca do caráter subversivo da lesbianidade, é preciso, antes de mais nada, retomar sua compreensão da sexualidade como um regime político a partir da noção de *straight mind*.

Em *Do contrato social*, Wittig (2022) justifica sua concepção da linguagem como o contrato social fundamental, permanente e definitivo. Ela entende que a associação ao contrato social não é voluntária, tendo em vista que é impossível escapar à linguagem, mas que é possível reconstruí-lo em outros termos. A proposta se assemelha, em princípio, à discussão elaborada por Judith Butler em *Relatar a si mesmo* (2015), quando debate as possibilidades de resignificação implicadas no próprio exercício de poder que dá contornos a um determinado regime de verdade. Embora esteja longe do refinamento teórico com o qual Butler empreende sua reflexão, é nesta chave que a Wittig decide operar, ainda que de forma bastante limitada.

---

<sup>6</sup> Quanto ao antinaturalismo francês e seus afastamentos em relação ao feminismo da diferença, ver Maira Abreu (2016; 2018).

Combinando as percepções de que o contrato social é heterossexual – o que dá base a seu conceito de regime heterossexual – e de que a linguagem é o contrato social fundamental, Wittig conclui que a própria linguagem opera por meio de uma abordagem totalizante fundada em binários hierarquizantes derivados desse processo particular de diferenciação<sup>7</sup> descrito em *The straight mind*.

A questão da linguagem toma papel central novamente neste último texto, que dá nome à coletânea, uma vez que nele Wittig busca politizar a diferença sexual e sua manifestação nos mais diversos campos discursivos, da linguística à biologia, passando pela psicanálise e pela antropologia. Wittig parece compreender que os discursos – eles próprios prática sociais – emergem em redes de relações já marcadas pelo poder e, por isso, carregam em si os mesmos fundamentos das categorias que pretendem analisar. Retomando o tópico da naturalização da diferença sexual, a francesa assevera que as ciências – inclusive as sociais – trazem este dogma como bagagem não reconhecida nos fundamentos de suas proposições. Uma vez que a heterossexualidade é o princípio organizador da diferença sexual por meio da normatização da reprodução, esta é a forma de pensamento que Wittig nomeia como “pensamento hétero”, ou melhor, *straight mind*.

Estabelecido, então, que o pensamento dominante é binário e fundamentalmente heterossexual, Wittig passa à crítica ao caráter totalizante dos discursos que “nos impedem de falar a não ser que falemos nos termos deles [...] nos negam todas as possibilidades de criar nossas próprias categorias” (2022, p. 59) e retoma a questão da sexualidade assinalando que a homossexualidade – conforme descrita pelos discursos científicos – não é um modo de vida próprio, mas um espelho invertido da heterossexualidade, seu Outro.

---

<sup>7</sup> Embora não haja uma sistematização dessa particularidade, nas reflexões de Wittig a noção de “diferença” aparece de dois modos distintos: em certos momentos, como potência múltipla de significação, com referência à pluralidade de singularidades e sentidos possíveis; contudo, na maior parte das vezes, Wittig assinala “a” diferença, no singular, quando o termo parece se referir a uma determinada categorização produzida em processos de diferenciação orientados pela lógica *straight*, o que produz e cristaliza, por meio da naturalização, os pares binários hierarquizados: o Um (dominante) e o Outro (dominado). A sua recusa se dá em relação a este último sentido da diferença, destacadamente pela totalização sobre a qual ela se funda.

Este breve comentário é essencial para destacar que a lesbianidade em Wittig – alinhada às perspectivas marxistas/materialistas, bem como informada por sua experiência política no movimento feminista, à época bastante refratário ao pensamento lesbiano – não se confunde com a definição taxonômica derivada do discurso médico-científico, mas parte de um exercício de deslocamento semelhante ao elaborado por sua contemporânea Adrienne Rich em *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica* (2010), publicado originalmente em 1980.

Enquanto Rich opta por deslocar o referencial da sexualidade das práticas reprodutivas para os vínculos afetivos e políticos – o que redesenha os limites da lesbianidade para incluir mulheres que, embora não se relacionem sexualmente com outras, estão inseridas em redes de cuidado e mobilização femininas – Wittig mantém a sexualidade como eixo principal de sua análise, diferenciando as relações de exploração do trabalho sexual, reprodutivo e de cuidado – que caracterizariam a heterossexualidade – das relações construídas entre mulheres, não centradas na reprodução e, portanto, deslocadas do modo de produção que orienta a constituição das categorias de sexo. Deste modo, ambas recusam os contornos dados à lesbianidade pelo discurso médico-científico, considerado masculino.

Vale ressaltar que Wittig é bastante direta ao afirmar que sua compreensão da sexualidade não envolve o prazer ou as práticas sexuais, mas se refere especificamente ao regime político que organiza as relações em torno da reprodução, o regime da heterossexualidade. Neste sentido, se homem e mulher são categorias binárias que ganham eficácia somente em conjunto na medida em que se produzem mutuamente – como argumenta em *Homo Sum* –, a lésbica estaria deslocada, à margem deste regime.

Uma vez que Wittig nunca define a lésbica ou explica de que modo a lesbianidade se afasta do par hetero/homo, abre-se espaço para múltiplas interpretações. Teresa de Lauretis (2003) entende que a lésbica wittigiana marca um espaço conceitual de especulação e criatividade, uma posição de sujeito excêntrica e, portanto, potencialmente subversiva, interpretação que se reforça pelo fato de a francesa preferir a experimentação

ficcional<sup>8</sup> como método de elaboração da lesbianidade em sua obra, a despeito de maiores teorizações acerca do tema.

Para Lauretis (2003), o deslocamento proposto por Wittig se apoia em dois eixos: um erótico, que remete à sexualidade descentrada da reprodução, e outro identitário, que se refere à recusa das categorias de sexo produzidas pelo regime da heterossexualidade. Paul Preciado (2011) investe no segundo aspecto, radicalizando o pensamento wittigiano em direção a uma proliferação de posições heterogêneas de sujeito, sem se esquecer do primeiro, o qual aprofunda em *Manifesto contrassexual* (2004) por meio de exercícios de desterritorialização do corpo.<sup>9</sup>

Interpretações como estas permitem compreender que a desidentificação da lésbica com a mulheridade se insere em um desafio à totalização da linguagem pela *straight mind*, de produção de categorias próprias que fujam à reificação do lugar do Outro. Todavia, é preciso reconhecer que esta “abertura à proliferação” não se encontra na obra da francesa, como apontam Torres e Fernandes (2023) e Warmling e Bastone (2023), mas advém de leituras posteriores, informadas pelo pensamento *queer*, que recuperam de Wittig o que há de mais potente e desenvolvem sua crítica em novos termos. Para que isso fosse possível, no entanto, foi necessário que se apontassem as graves limitações do pensamento wittigiano, responsabilidade assumida por Judith Butler.

A estadunidense desenvolve sua crítica a dois aspectos principais da obra de Wittig: a subscrição à metafísica da substância<sup>10</sup> e a construção de uma lesbianidade mítica para além das relações de poder, como “mito de transcendência”, nas palavras de Warmling e Bastone (2023).

Em relação ao primeiro aspecto, é importante observar que importantes teóricos e teóricas dos estudos de gênero se voltaram para a psicanálise como ferramenta de

---

<sup>8</sup> As principais obras ficcionais de Monique Wittig – *O opoanax*, *As guerrilheiras* e *O corpo lésbico* – são permeadas por questões de gênero. Em “O cavalo de tróia”, Wittig discute o uso de pronomes neutros – *elles*, no francês, e *they*, no inglês – para causar estranhamento e atuar para desnaturalizar o lugar masculino universal.

<sup>9</sup> No campo nacional, Adriana Azevedo (2020) - autora do prefácio à edição brasileira de *O pensamento hétero e outros ensaios* – elabora um interessante exercício de desterritorialização corporal a partir da experiência lesbiana, em diálogo com Wittig.

<sup>10</sup> Neste contexto, a metafísica da substância se refere à concepção de que existe uma essência transcendente do sujeito, reafirmando seu caráter uno e pré-discursivo.

investigação da subjetividade – Paul Preciado, Gayle Rubin e Judith Butler são exemplos desta tendência –, apesar das limitações que ela possa apresentar, a fim de escapar à concepção do sujeito uno e pré-discursivo (Rubin, Butler, 2003; Preciado, 2022). Wittig, por outro lado, como aponta Rafael Cossi (2020), rejeita a psicanálise na medida em que a considera uma ciência fundamentada na diferença sexual – portanto *straight* – e que reforça a legitimidade do masculino – aqui representado pelo discurso psicanalítico e pelo próprio terapeuta – para nomear o Outro.

A decisão é bastante coerente com a percepção wittigiana do caráter totalizante do pensamento heterossexual e com sua proposta de investimento em uma linguagem própria, que permita aos sujeitos dissidentes – especialmente à lésbica – dizer de si em seus próprios termos. Todavia, para operar as possibilidades de resistência à totalização, Wittig ignora os efeitos do poder no processo de subjetivação e precisa recorrer a uma concepção monista do sujeito – coeso, transcendente, pré-discursivo – o que limita sua proposta e produz as ambiguidades discutidas por Butler.

### **Reelaborações do sujeito em Judith Butler**

No primeiro capítulo de *Problemas de gênero* (Butler, 2023), cuja primeira das seis partes se intitula “‘mulheres’ como sujeito do feminismo”, Judith Butler discute o problema da definição do sujeito. Suas teorizações em torno da noção de sujeito são feitas, em geral, no contexto dos debates do feminismo, mas nos dão pistas importantes para pensar o sujeito da lesbianidade, tema central do nosso artigo. Faz-se importante destacar, que apesar de Butler ter sido o rosto estampado nos pesadelos dos conservadores contrários às políticas de gênero, seu trabalho não pode ser enquadrado meramente como uma teoria da lesbianidade, embora reflita sobre o tema a partir de autoras canônicas da Teoria Lésbica (Wittig, 2022; Rubin, 2003; Rich, 2010) e Butler já tenha se afirmado pessoalmente nessa identidade.

Butler argumenta que a teoria feminista, em sua essência, tem presumido que a categoria “mulheres” compreende uma identidade definida (Butler, 2023, p. 18), e isto se dá pela necessidade de deflagração dos objetivos e interesses feministas. Assim, parte-se

do pressuposto de que o termo “mulheres” representaria completa ou adequadamente o sujeito político das lutas feministas, sendo capaz, portanto, de promover visibilidade às suas pautas. Como explica Butler, mesmo que por um lado a representação sirva como termo operacional de visibilidade e legitimidade, dentro de um processo político, por outro, sua função de linguagem normativa também “revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres”(Idem, ibidem).

Sendo assim, não só o “próprio sujeito do feminismo não é mais compreensível em termos estáveis ou permanentes” (Idem, ibidem), mas a própria viabilidade do “sujeito” como candidato à representação já é questionada. À guisa de exemplo, Foucault (1988) observa que os sujeitos não são meramente representados pelos sistemas jurídicos de poder mas, antes, são mesmo produzidos por estes sistemas; isto é, constituídos por meio de um assujeitamento pelo direito. Ademais, as noções jurídicas não definem o sujeito somente pela via negativa da limitação, proibição, regulamentação, mas o condicionam, regulando-o dentro de suas estruturas e reproduzindo-o segundo suas exigências. Para Butler, “o poder jurídico “produz” inevitavelmente o que alega meramente representar” (Butler, 2023, p. 19).

Por fim, além das “ficções fundacionais” que sustentariam a noção de sujeito, Butler destaca também o problema da suposição de que uma identidade comum e consentida no termo *mulheres*, capaz de ser um significante estável de todas aquelas a quem pretende descrever e representar.

Diante dessa percepção, a máxima wittigiana de que “as lésbicas não são mulheres” apresenta uma possibilidade interpretativa que não escapa aos problemas da política da identidade, os mesmos que colocam à prova o significante *mulheres*. Uma das razões para isso é a circunscrição da lesbianidade pela mulheridade, mesmo que seja pelo seu sentido negativo, o que não deixa de ser um recurso de inteligibilidade normatizador, tendo, assim, consequências éticas. Mesmo que se parta do pressuposto de que as lésbicas não são mulheres, ainda permanece aberta à questão: mas quem são as mulheres? E ainda, então, quem é o sujeito da lesbianidade? Quando aceitamos que as lésbicas não são mulheres porque “escapam” da clausura da heterossexualidade e, por consequência, das

prisões do próprio gênero, não corremos o risco de hierarquizar as identidades sexuais como mais ou menos resistentes ou revolucionárias?

Retirar, por desidentificação, as lésbicas da “matriz heterossexual”, como propõe Wittig, não poderia significar um apagamento de potenciais criativos/contestadores das identidades políticas das mulheres bissexuais e até mesmo das heterossexuais que questionam a normatividade misógina culturalmente enraizada nesta matriz? Ainda, o axioma de Wittig seria uma contestação *a priori* da identidade cisgênero das lésbicas? Se a consequência é essa, o quanto isso de fato pode ser significativo para toda e qualquer experiência lésbica, funcionando sempre como um “desestabilizador” de suas identidades como mulheres? Enfim, o quanto essa desidentificação com a categoria heterossexual *mulher* resolveria as consequências coercitivas e reguladoras das políticas de identidade?

Em tempo, precisamos recusar uma possível consequência tautológica do axioma de Wittig: uma lésbica é uma lésbica. Um dos perigos de aceitar definições assim, é sua consequente universalização e autoidentidade. Caminhos universalizantes são frequentemente utilizados por políticas retrógradas e conservadoras, que defendem sua posição em um “movimento tautológico que busca descartar toda variação cultural e histórica”, recusando significados em disputa (Butler, 2024, p. 83). Frases como “mulher é mulher”, “homem é homem”, “família é família” buscam afirmar o óbvio, mas, como Butler aponta, são “uma maneira de bloquear possibilidades alternativas já desenvolvidas no mundo. Afirmar o que se considera óbvio é uma maneira de recusar significados em disputa” (Butler, 2024, p. 83).

Uma interpretação simplificadora da proposta de Wittig desconsidera que a autora compreende a existência de estruturas historicamente contingentes, que naturalizam sexo e gênero, caracterizando-os como heterossexuais e compulsórios. Mais ainda, Wittig compreendia que tal operação garantia aos homens o direito à fala autorizada, negando-o às mulheres. No entanto, para Wittig, “essa assimetria socialmente constituída disfarça e viola uma antologia pré-social de pessoas unificadas e iguais” (Butler, 2023, p. 200).

Para Butler, ao invés de se interpretar a lésbica de Wittig como um “terceiro gênero”, significante estável, identificável e inteligível, esta figura a lésbica de Wittig deve ser vista como “uma categoria que problematiza radicalmente tanto o sexo quanto o

gênero como categorias descritivas políticas estáveis” (Butler, 2023, p. 196). Assim, não podemos considerar as lésbicas como sujeitas não afetadas pela opressão do sexo-gênero de matriz heterossexual. O que a lésbica de Wittig apresenta, portanto, é a tarefa de assumir-se como sujeito falante autorizado, recusando o lugar delegado às mulheres no jogo generificado da produção e reiteração das diferentes sexuais (heterossexuais, monossexuais,<sup>11</sup> cisgênero) estáveis.

Deste modo, afasta-se uma interpretação do pensamento wittiguiano em que a lésbica flutua acima dos demais sujeitos terrenos, decaídos, generificados e dóceis. Nega-se, portanto, a lesbianidade como possibilidade única de resistência ou revolução diante de demandas compulsórias da diferença heterossexual, evitando a constituição de um novo essencialismo homonormativo em que se excluam autoritariamente experiências de lesbianidade que se articulam com a da mulheridade.

No capítulo *Atos corporais subversivos*, ainda em *Problemas de gênero*, Butler analisa a teoria de Wittig, destacadamente as passagens nas quais estão expostas suas convicções acerca da contestação do sujeito como território masculino exclusivo e do caráter universal, abstrato, apropriado pelo gênero masculino.

Cumprir recordar que a francesa vê na linguagem o caminho para que as mulheres retomem o lugar de “sujeito total”, sem gênero. O gênero aparece como elemento que cinde o sujeito feminino, sua subjetividade, o que Wittig compreende como uma impossibilidade ontológica, na medida em que divide o Ser, uno por natureza. Sendo o gênero, para ela, uma manobra conceitual que impede as mulheres de conceberem a si mesmas como sujeitos totais por meio da linguagem, não haveria outro caminho senão a sua destruição.

Como Butler bem sumariza, “Wittig prossegue com uma especulação surpreendente sobre a natureza da linguagem e do ‘ser’, situando seu próprio projeto político nos marcos do discurso tradicional da ontoteologia” (Butler, 2023, p. 203). Em contrapartida, Butler recorre a Jacques Derrida, para quem toda significação repousa em uma *différance* operacional, e questiona as consequências totalizantes e autoritárias que

---

<sup>11</sup> Para uma revisão bibliográfica sobre o uso do termo monossexualidade e suas variantes, particularmente no contexto brasileiro, ver Inácio Saldanha (2024).

derivam da concepção wittiguiana de linguagem e sujeito, com foco naquelas que se referem à lesbianidade. Eis uma limitação de sua teoria: “retornar a um humanismo problemático, baseado numa metafísica problemática da presença” (Butler, 2023, p. 216).

A ficção *fundacionista* lhe dá um ponto de partida para criticar as instituições sociais existentes. Entretanto, a questão crítica continua a ser: a que relações sociais contingentes serve pressupor o ser, a autoridade e a condição universal do sujeito? Por que valorizar a usurpação dessa noção autoritária de sujeito? Por que não descentrar o sujeito e suas estratégias epistemológicas universalizantes? Ainda que Wittig critique a “mentalidade hétero” por universalizar seu ponto de vista, parece que ela não só universaliza “a” mentalidade hétero, como também não considera as consequências totalitárias dessa teoria dos atos soberanos de fala (Butler, 2023, p. 204-5).

Ainda, Butler reorienta o foco da discussão para o “deslocamento parodístico e subversivo do poder, ao invés da fantasia impossível de sua completa transcendência” (Butler, 2023, p. 215). Pois, “se a sexualidade lésbica não é nem mais nem menos construída do que as outras formas de sexualidade, não há promessa de prazer ilimitado depois que os grilhões da categoria sexual forem tirados” (Butler, 2023, p. 217). Para Butler, a existência de uma norma heterossexual não constitui somente um lugar de poder que “não pode ser recusado”, mas além disso, invariavelmente constitui “um lugar de competição e manifestação parodística, o qual rouba à heterossexualidade compulsória sua afirmação de naturalidade e originalidade” (Butler, 2023, p. 216).

Em *Desfazendo gênero* (2022), em diálogo com Pierre Macherey, Butler destaca a percepção de “que as normas não são entidades ou abstrações independentes e subsistentes por si próprias, mas devem ser entendidas como formas de ação” (Butler, 2022, p. 92), mais ainda, “a norma só subsiste através de suas ações” (Idem, p. 93). Tais reiteraões, portanto, acontecem em um sentido caro para Butler: performático. Esse conceito, que também aparece como “ato performativo”, garante as características de “ação” e “citação”, que, acreditamos, podem resumir, talvez simplificando em demasia, o que Butler define como performativo.

Já em *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”* (2019), Butler define que “os atos performativos são formas de discurso de autorização: a maioria das falas performativas, por exemplo, consiste em enunciados que, ao serem proferidos, também realizam determinada ação e exercem um poder de conexão” (Idem, p. 372). Percebemos aqui, sua característica de ação que, ao produzir conexões (ou citações), traz em si um conjunto histórico e culturalmente construído de outros atos performativos.

Assim seria, já que “a descrição de um “ato” não pode ser sustentada pelo tropo que estabeleceu o ato como evento singular, pois o ato vai terminar por se referir a atos anteriores e a uma reiteração de “atos” que é talvez mais apropriadamente descrita como cadeia citacional” (Idem, ibidem). “Paradoxalmente”, Butler afirma, invocando termos althusserianos, “a condição discursiva do reconhecimento social *precede e condiciona* a formação do sujeito: o reconhecimento não é conferido a um sujeito, mas é o reconhecimento que o forma como sujeito” (Idem, p. 373-4).

Desse modo, as normas de gênero e sexualidade extraídas da matriz heterossexual, com suas possíveis reiterações e desvios trazem em si tanto sua persistência quanto sua instabilidade (Butler, 2019). Para nós, a pergunta sobre o sujeito da lesbianidade não seria, se a fizéssemos a Judith Butler, encarada como uma besteira identitária e nem somente como uma armadilha normativa. Para Butler:

Não se trata de um argumento contra o uso de categorias identitárias, mas de um lembrete dos riscos de cada um de seus usos. A expectativa de autodeterminação que desperta a autonominação encontra paradoxalmente a contestação da historicidade do próprio nome: a história dos usos que nunca foram controláveis, mas que limitam o próprio uso que hoje é emblemático de autonomia; os esforços futuros de implantação do termo na contramão dos termos atuais, tentativas que certamente excederam o controle daqueles que procuram fixar o rumo dos termos no presente (Butler, 2019, p. 377).

Ainda seguindo o raciocínio de Butler, apesar de ser impossível um reconhecimento pleno, isto é, apesar da impossibilidade de habitaros total e completamente um nome-identidade, muitas vezes esse nome pode ser “a possibilidade

historicamente modificável [...] que me precede e me excede, mas sem o qual eu não posso falar” (Butler, 2019, p. 374). Então, quando alguém se diz lésbica, e se essa “expressão performativa é provisoriamente bem-sucedida” (Idem, p. 375) e, para Butler, tais ‘êxitos’ são sempre e apenas provisórios, isto ocorre porque “essa ação ecoa ações anteriores, e *acumula a força da autoridade com a repetição ou a citação de um conjunto prévio de práticas autorizantes*” (Idem, *ibidem*).

Butler demonstra invariavelmente, que uma questão que poderia, em um primeiro momento, apresentar-se como meramente individual, se amplia para uma, na falta de termo melhor, existência historicamente comunitária, mesmo que de maneira velada. Assim, para Butler: “uma expressão performativa obtém êxito na medida em que *ela conte com o apoio e encubra* as convenções constitutivas pelo qual é mobilizada. Nesse sentido, nenhum termo ou declaração pode funcionar performativamente sem a historicidade acumulada e dissimulada de sua força” (Idem, *ibidem*).

Butler, no entanto, não se debruçou exatamente sobre nossa pergunta fundamental. Para responder sobre o sujeito da lesbianidade para ela, podemos também nos apropriar de suas reflexões sobre o termo *queer*. Em *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*, Butler (2019) dedica um capítulo para isso, intitulado *Criticamente queer*. Sobre o termo, que, como muitas das adjetivações a respeito das pessoas não cisheterossexuais, é um termo apropriado, reapropriado. Primeiro, ofensa, marca, estigma; depois, identidade, identificação e, possivelmente, orgulho.

Se o termo *queer* deve ser um local de contestação coletiva, o ponto de partida para um conjunto de reflexões históricas e perspectivas futuras, ele terá que continuar a ser o que é no presente: um termo que nunca foi plenamente possuído, mas que é sempre e apenas apropriado, torcido, estranhado [*queered*] por um uso anterior que se orienta para propósitos políticos urgentes e expansivos. Isso também significa que o termo irá, sem dúvida, ter que ceder parte de seu lugar a outros termos que realizem de forma mais eficaz esse trabalho político. Tal tarefa bem pode se tornar necessária a fim de acomodar – mas sem domesticar – contestações democratizantes que redesenham e redesenharão os contornos do movimento de formas que nunca podem ser totalmente antecipadas” (Butler, 2019, p. 377-8).

Qualquer termo, no entanto, que busque definir um sujeito, deve ser tido como provisório. Para Butler, “poderíamos ser tentados a afirmar que as categorias de identidade são insuficientes porque cada posição do sujeito é um local de relações convergentes de poder que não são unívocas” (Butler, 2019, p. 380), mas tais insuficiências são justamente “erros necessários”, porque a identidade é um erro necessário (Idem, ibidem). Necessária “como forma de afiliação, embora essa categoria também não vá descrever de forma plena os que pretende representar” (Idem, ibidem).

Como resultado de sua incompletude, “será necessário afirmar a contingência do termo” (Butler, 2019, p. 380-1), o sujeito da lesbianidade, a lésbica, deve permitir abrir-se aos que são excluídos pelo termo mas que, com toda razão, esperam ser representados por ele. Apesar de Butler ter escrito tais palavras em sua reflexão sobre o termo *queer*, acreditamos ser possível repeti-las sobre a identidade lésbica: “essa possibilidade de tornar-se um local discursivo cujos usos não podem ser totalmente restritos de antemão deve ser salvaguardado não apenas para o propósito de continuar a democratizar a política *queer*, mas também para expor, afirmar e refazer a historicidade específica do termo” (Idem, ibidem).

Uma lésbica butleriana, podemos então afirmar, existe resgatando, citando, e reiterando uma comunidade de outras pessoas que assim se identificaram, se apropriaram, torceram, estranharam o próprio termo. Aponta, portanto, para o passado e para outras temporalidades. Ao mesmo tempo, se abre incompleta para o futuro, para seus pontos de desidentificação, bem como para outras identidades, pronta para ser torcida, apropriada, estranhada.

### **Vir Cano e a polissemia das lesbianidades**

Para compreender a contribuição de Vir Cano no debate sobre o sujeito da lesbianidade, partimos de seu *Ética Tortillera*, publicado em 2015. Nele, a autora reúne uma série de ensaios que, de diferentes formas, explicita a dimensão política da lesbianidade, tanto como lócus de produção do conhecimento, como elemento

desestabilizador das noções de identidade e sujeito, com especial atenção à experiência de lesbianas em espaços acadêmicos e universitários.

Em Filosofia, a Ética compreende o subcampo relacionado aos valores que embasam as práticas de um indivíduo, coletivo ou mesmo uma sociedade. Já a definição de ‘*tortillera*’ não tem a mesma estabilidade; pelo menos não na proposta de Vir Cano (2015a). Expressão popular de países de língua espanhola para se referir a lésbicas, na obra da autora argentina, *tortillera* pode ser uma identidade definida a partir do desejo, mas não limitada por ele.

*Tortillera* e seus sinônimos também podem, segundo Vir Cano, indicar uma prática política, uma linguagem particular e até uma forma de pensamento – apenas para citar algumas abordagens sugeridas por ela. A perspectiva da autora é baseada numa compreensão da lesbianidade como elemento desestabilizador e criativo. Longe de designar coletividades homogêneas, a lesbianidade ou o “*tortismo*” são, simultaneamente, uma forma identitária e um modo de desidentificação (Cano, 2015a).

Para desenvolver sua proposta, a autora revisita as teóricas já mencionadas Wittig e Butler; dialoga com pesquisadores tidos como canônicos a exemplo de Michel Foucault, Jacques Derrida e Friedrich Nietzsche, além de referenciar produções poéticas e políticas de Val Flores, Paco Vidarte e Macky Corbalán em seu estilo de escrita.

Além dessas referências explícitas, para quem transita entre os Estudos Feministas e a Teoria Queer, é quase inevitável ignorar a similaridade da proposta teórica e estética de Vir Cano com a de Gloria Anzaldúa. O questionamento às oposições binárias e a ruptura com a escrita acadêmica formal aproximam as duas autoras. Tanto é que, em 2022, em seu *Po/éticas afectivas*, Cano recorre à produção da chicana, destacando a rejeição dela aos binarismos em *Borderlands/La Frontera* – obra reconhecida, entre outras razões, pela mescla de escrita acadêmica e poética, e na qual Anzaldúa leva ao limite o questionamento aos modos formais de produção do conhecimento.

Diante disso, é possível interpretar a obra de Vir Cano (2015a) como um compilado de apontamentos para uma – ou várias – práxis lesbianas. Dizemos apontamentos e não manual, pois tanto as elaborações da autora, bem como suas filiações teóricas, não coadunam com posições prescritivas; nesse sentido, também sublinhamos o

uso do plural para abordar lésbicas e as lesbianidades, já que Cano reitera continuamente o caráter múltiplo dessa categoria, tanto em termos semânticos como políticos.

Como entusiasta, mas também crítica de Wittig, Cano lê as propostas da autora francesa com cautela. Ela reitera o caráter disruptivo da aposta wittiguiana, que aponta lésbicas como desertoras do contrato social e natural, mas sublinha o fato de que a rejeição da “palavra-contrato ‘mulher’” não é a única estratégia possível para fazer frente ao regime heterossexual (Cano, 2015a, p. 70-71).

Atenta às políticas que regulam o cotidiano, as relações sociais e o acesso a direitos, Cano indica o potencial inventivo das categorias “mulher(es)” e “lésbica(s)”, no plural. Como exemplo, a pesquisadora cita a disputa em torno do chamado casamento igualitário, em que a identificação com o gênero feminino não significa uma relação obrigatória e opressiva com homens. Além disso, ‘lésbica’ como adjetivo para ‘mulher’ reforça que este último não pode ser entendido como categoria homogênea. Neste caso, trata-se especificamente do aspecto da sexualidade, mas se essa possibilidade existe, também é factível enumerar outras variantes como as relativas à raça, idade, território, entre outros.

Diante disso, Vir Cano irá reivindicar a necessidade de uma posição de recusa, mas também de articulação estratégica das referidas categorias. É o que fica evidente no seguinte excerto:

Afirmar la necesidad de re-inscribir y re-inventar las categorías de “mujer” y “lesbiana” en el marco de las re-escrituras del pacto social supone, en ese sentido, la reivindicación de una identidad política estratégica, contra-natural, y temporalmente variable (no la restitución legitimante de una identidad natural o esencial) (Cano, 2015a, p. 74).

Interpretada dessa forma, a lesbianidade pode ser entendida como modo de associação daquelas que renunciaram ao contrato heterossexual – proposta que, aliás, foi articulada por feministas lésbicas como Adrienne Rich (2010), cuja produção, lembramos, é contemporânea à de Monique Wittig. Evidentemente, até pelos sentidos construídos historicamente em torno da palavra ‘lésbica’, essa associação pode ser

tomada como sinônimo de cumplicidade romântica e/ou sexual. No entanto, além de considerar a capacidade de autodeterminação de cada sujeito e a expressão de seu desejo erótico, é importante manter atenção aos outros elementos que fazem da lesbianidade uma possibilidade de autoidentificação, mas também um rótulo atribuído por outrem.

Esse tem sido um de nossos esforços teóricos no interior do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL), quando sugerimos que:

Por um lado, é possível se identificar como lésbica – e tal afirmação deve bastar para além de qualquer questionamento. Mas também é possível olhar a questão de forma menos marcada pela identidade, a partir de práticas cotidianas que independem de alguém se afirmar como algo. Nesse sentido, o continuum lésbico proposto por Rich ajuda a perceber que uma mulher pode, por exemplo, fazer sexo com outra(s), se envolver de forma romântico-afetiva ou imprimir mudanças ao seu corpo que aproximem sua aparência física à de *butches* sem se identificar como lésbica. Tais práticas, socialmente vistas como caracterizadoras das lesbianidades, se inseririam em um continuum lésbico, mas são insuficientes para delimitar identidades - poderiam ser vividas por mulheres que se identificam como bissexuais ou mesmo como heterossexuais (Ziller et al., 2019).

Esses apontamentos, somados às considerações de Vir Cano (2015a) nos permitem avançar ainda mais na crítica aos limites da obra de Wittig, particularmente no debate sobre expressão de gênero e bissexualidade. Se no período de maior produção da pesquisadora francesa, a bissexualidade ainda era esboçada como movimento social, na atualidade, a contribuição de seus ativistas e teóricos já não pode mais ser classificada como incipiente e, conseqüentemente, ignorada.

Dessa forma, entende-se que aqueles que desafiam a monossexualidade podem, simultaneamente, embaralhar a compreensão social sobre suas práticas e subjetividades, além de fazer com que a sociedade, ainda atada a binarismos de gênero e sexualidade, lhes atribua o rótulo de gay ou lésbica. Por um lado, essa interpretação pode invisibilizar identidades e demandas políticas específicas. Por outro, contudo, há a possibilidade de alargamento das alianças políticas entre sujeitas com trajetórias diversas, mas afetadas

por discriminações similares, uma vez que tanto a lesbianidade quanto a bissexualidade, cada uma a seu modo, rasuram o regime heterossexual e suas pretensões universais.

De volta à obra de Vir Cano, a autora afirma compartilhar das mesmas preocupações de Judith Butler em relação às categorias identitárias. Reconhecendo o caráter performativo do gênero, como propõe Butler (2023), Cano parece empenhada em estabelecer um modo de existência que coloque em prática as propostas butlerianas, mas também de outros intelectuais com os quais Cano articula seu entendimento a respeito das categorias de gênero e sexualidade.

No que se refere à Butler, Cano aciona referências bastante específicas daquela que tem sido descrita como a filósofa que rejeita classificações (Rodrigues, 2013). Em seu *Ética Tortillera*, a argentina dedica especial atenção ao texto *Imitación e insubordinación de género* (2015) – uma das raras produções em que Butler evidencia a lesbianidade como elemento de sua identidade intelectual, ainda que esse apontamento seja acompanhado de ressalvas e inquietações.

Em suas produções, Cano não refuta os argumentos de Butler para se opor ou limitar o uso da categoria ‘lésbica’ na definição ou qualificação de si mesma. Ao contrário, a argentina parece assumir uma posição com duas dimensões: a que encampa o ceticismo butleriano e aquela que de alguma forma busca desafiá-lo, não como crítica à Butler, mas como intento de ampliar as possibilidades abertas pela própria teórica estadunidense, ao assinalar a ficcionalidade do gênero e a provisoriedade das categorias identitárias.

Enquanto Butler (2015) afirma ser movida pelo caráter conflitivo das identidades, inclusive a lésbica, Cano (2015a) indica uma série de significados para as lesbianidades que revela ou desvela conflitos, reelaborações ou mesmo criações no interior dos ativismos lesbianos, da produção intelectual de autoras automeadas lésbicas ou mesmo das práticas de sujeitas como a própria Vir Cano, que veem nas experiências de pesquisadoras e professoras lésbicas novas possibilidades para uma práxis política revolucionária.

Para ela, o não-lugar ou a marginalidade a qual as lesbianas são relegadas representa não apenas vazio e silêncio, mas também a oportunidade de reinvenção de

mundos e línguas. E no que tange ao que chama de “língua lesbiana”, Vir Cano (2015, p. 84) ressalta que ela é para muitos: “[...] *un refugio, un modo de ver y problematizar el mundo, una trinchera. Y por eso mismo creo que es necesario analizarla, auscultarla, desafiarla e incluso ponerla en jaque*”.

A aceitação do caráter conflitivo das identidades e, particularmente, da identidade de feministas e lésbicas explicita o importante compromisso de Cano com o antiessencialismo – perspectiva fundante de qualquer feminismo que se considere minimamente coerente. Além disso, esse entendimento acena para o legado de feministas chicanas, a exemplo de Cherríe Moraga (1983) e Gloria Anzaldúa (2021).

O reconhecimento do caráter conflitivo das identidades e suas políticas também é elaborado por Vir Cano no artigo *Políticas del nombre (im)propio: decir-nos tortilleras* (2015b). É importante salientar, contudo, que a disputa a qual alude a autora é, fundamentalmente, em relação à matriz heteronormativa. Como ensina Butler, esta é a norma que, a partir de um suposto dimorfismo sexual, estabelece uma relação causal entre sexo, gênero e desejo.

Se essas normas de gênero constituem os princípios de inteligibilidade do presente, determinando quem pode ter o *status* de humano e tudo o que dele decorre, incluindo uma vida vivível e passível de luto, como afirma Butler (2022), Cano (2015b) irá defender que as desertoras do regime heterossexual façam uma intervenção nas “tecnologias do nome” (2015b, p. 172). Dito de outra forma, trata-se de um chamado à autonegação, em nossos próprios termos ou naqueles que mimetizamos para construir outras possibilidades de significação e, no limite, de vida.

Dez anos depois dessas reflexões, entendemos, em outro tempo e contexto, que o caráter conflitivo das identidades pode ser discutido também em outras instâncias. E essa licença nos é concedida pela própria obra de Vir Cano, que tanto em *Ética tortillera* como em *Políticas del nombre (im)proprio*, utilizará expressões variadas para desassociar a lesbianidade da mulheridade e do feminino. Ela o faz usando palavras como “nosotr@s” ou “nosotrxs”, para se referir ao conjunto das lesbianas.

Nesse sentido, também é pertinente dizer que, embora não fique claro quem poderia compor esse “nós” não-generificado, Cano (2015b) reconhece que não são apenas

as lesbianas as fugitivas do regime heterossexual. Tal fato é explicitado sempre que a filósofa faz referência a “lesbianas e outrxs”, “lesbianas e demais desertores do regime”, “lesbianas e demais dissidentes”, e assim por diante.

O aceno teórico e semântico às lesbianidades conjugadas no plural, e em diferentes gêneros além do feminino, indica uma abertura da obra de Cano (2015b) para refletir sobre os sujeitos dessa categoria identitária. Mais ainda, deixa entrever uma possibilidade de pertença para lésbicas masculinizadas, sapatões não-binários e outras pessoas trans que se reconheçam na lesbianidade ou no “*tortismo*”, como diz Cano.

El “nosotr@s” – en el que podemos inscribir un “yo” lesbiano – es siempre problemático y debe permanecer como tal. Y este riesgo propio de las estrategias de nominación o de las políticas del nombre (im)propio es algo que no deberíamos olvidar. Celebrar su potencia implica ser conscientes del duelo que el mismo realiza respecto de los poderes tanatocráticos sobre los que se asienta todo lenguaje y su sobre su potencia de vida. Es por ello que ese “nosotr@s” debe permanecer en una constante revisión crítica, tensionada entre la afirmación de nuestras existencias y la negación de su sustancialización o esencialización (Cano, 2015b, p. 173).

A interpretação que sugerimos a respeito da obra de Vir Cano, bem como de Monique Wittig, Judith Butler e outras autorias lésbicas têm paralelo na academia. Entre a década de 1990 e o início dos anos 2000, por exemplo, a Teoria Lésbica foi tomada como precursora da Teoria Queer (Lauretis, 2003; Rea, 2018). Já na última década, pelo menos em contexto brasileiro, a produção teórica e política sobre não-binariedade tem partido de contribuições da Teoria Lésbica, informando tanto novos movimentos sociais e correntes de estudo, assim como às próprias lesbianidades na medida em que enseja a constante revisão conceitual dessa categoria (Caetano, 2024).

A tarefa da disputa, na contemporaneidade, já não deve mais ser operada apenas em relação à matriz heterossexual, mas também no interior das comunidades de dissidentes de gênero e sexualidade, que têm reeditado posições binárias e essencialismos, além de vilanizar segmentos sociais minorizados. Muitos dos quais visados pelo mesmo regime que nos oprime.

Isso é o que também aponta Julianna Motter (2024), ao discorrer sobre o que chama de *Ética sapatão*. Entre os elementos que a caracterizam está a ruptura com o regime da cisgneridade, que o autore entende como fundamental para a elaboração das lesbianidades. Na perspectiva de Motter (2024), o termo é, simultaneamente, uma identidade e uma forma de desidentificação.

No mesmo artigo, após uma revisão crítica de estudos da Teoria Lésbica e Queer, Motter irá ressaltar que a importância de reorganizar o significado da lesbianidade reside no fato de que “uma visão essencialista e monolítica sobre o ser-lésbica\* não basta e nunca bastou, porque não corresponde à realidade que se apresenta todos os dias” (Motter, 2024, p. 98).<sup>12</sup> E continua:

Parece-me, ainda, que parte da tarefa dessas (re)organizações está em rever nosso papel na construção de outros futuros possíveis, no qual as lesbianidades\* não se apresentam isoladamente, mas como parte de um todo, em que se faz necessário pensar como nos posicionamos eticamente. Isso passa por repensar a maneira como nos comunicamos, como conduzimos nossos afetos e, simultaneamente, as escolhas que fazemos em nossas práticas diárias (Motter, idem, ibidem).

Reflexões como essas, articuladas a partir da obra de Vir Cano e de outras autorias lésbicas e queer renovam o potencial crítico das lesbianidades, além de ensejarem o reexame de como temos definido e mobilizado nossos marcadores identitários. Se, a princípio, os feminismos lésbicos serviram, fundamentalmente, à crítica da heteronormatividade que pairava sobre o feminismo, de modo mais amplo, no presente, essas contribuições e as novas interpretações sobre elas nos permitem reelaborar o próprio entendimento das lesbianas sobre si mesmas e suas comunidades.

---

<sup>12</sup> O uso do asterisco ao lado da palavra lésbica é acionado pelo autore como forma de demarcar a provisoriade de sentido do termo e sua constante revisão.

### Considerações finais

Diante da intensificação recente das disputas em torno da categoria “lésbica”, propusemos o desafio de revisitar obras de referência no âmbito da Teoria Lésbica, mas também dos Estudos Feministas e de Gênero. Com essa articulação, pretendemos obter pistas de como conjugar as lesbianidades em consonância com o legado de teóricas lésbicas, evidenciando suas potencialidades, mas também os limites de suas produções.

Assim, retomamos a proposta de Monique Wittig, que tanto no fim do século XX como na atualidade, segue reverberando nos feminismos e nas lesbianidades. Tributária do feminismo materialista francês e do próprio marxismo, Wittig irá apontar que as assimetrias e desigualdades entre homens e mulheres são efeitos das relações de poder e não de diferenças biológicas. Dessa forma, a autora se afasta de perspectivas naturalistas, à época endossadas por uma parte relevante do movimento feminista.

É verdade que, de forma contraditória, sua aposta na “lésbica” como o único conceito a romper com as categorias de sexo, favorece interpretações essencialistas. Por outro lado, o acumulado de seus escritos teóricos e literários nos permite uma vasta gama de significados para a lesbianidade. Afinal, apontar as lesbianas como desertoras do regime heterossexual, sem nunca apresentar uma definição taxativa sobre quem seriam essas sujeitas, faculta a quem lê o sentido final sobre essa categoria. E, em nossa perspectiva, converge para a possibilidade de entender as lesbianidades como encontro de dissidências.

Essa “lésbica” como significante instável aparecerá de forma mais elaborada nas análises de Judith Butler. Refratária a definições normativas, a filósofa apresenta essa interpretação na esteira de suas reflexões sobre o sujeito do feminismo e dos usos da categoria “*queer*”. Reconhecendo as contribuições do feminismo lésbico, Butler teoriza em torno da sexualidade, denunciando a relação de continuidade – forçada – entre sexo, gênero e desejo. Assim, ela traz o tema para o centro de suas investigações sobre a ontologia do sujeito e sugere a mobilização da identidade como forma de articulação comunitária de grupos historicamente excluídos – em que pese seu entendimento de que as categorias identitárias são invariavelmente provisórias e inevitavelmente limitadas *per*

se. Dito de outra forma, a força da identidade, para Butler, reside em seu potencial de articulação política.

Reflexões similares serão discutidas por Vir Cano, que embora não indique uma interpretação teoricamente robusta de quem viriam a ser as lesbianas – ou “lesbianxs” – reitera que a rasura nos princípios de inteligibilidade da sociedade heteronormativa é viabilizada tanto por pessoas identificadas como lésbicas como por sujeitos outros. Ou seja, todos os sujeitos que recusam o contrato – semântico e político – da heteronorma. Na obra da autora argentina, o antinaturalismo wittigueano e a politização da identidade, sugerida por Butler, se farão notar, sobretudo, pela sua estética de escrita acadêmica. A constante reedição de como escrever as lésbicas e as lesbianidades indica a instabilidade identitária, da qual Cano é defensora, além de sinalizar a possibilidade contínua de ressignificação dos referidos termos.

Em suma, as contribuições dessas autoras permitem uma compreensão das lesbianidades como categoria instável, fluida e politicamente poderosa, e em reconfiguração permanente. Essa busca por um entendimento mais plural e aberto das identidades lésbicas, nos propõe uma articulação crítica, que não apenas questiona as hierarquias de gênero e sexualidade, mas também abre espaço para novas formas de reconhecimento e pertencimento. Esse movimento alude à variedade de formas de resistência e reinvenção de si e da coletividade dentro dos movimentos lésbicos, e ainda em grupos feministas e *queer*. Em tempos de recrudescimento político e avanço de posições essencialistas no interior dos ativismos e da Teoria Lésbica, rever estudos pioneiros e evidenciar seu potencial disruptivo, como nos propusemos aqui, pode ser uma importante ferramenta para informar a atuação intelectual e política na contemporaneidade.

### Referências

ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão, **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 26, e54237, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n354237>. Acesso em: 4 fev. 2025.

ABREU, Maira. **Politicando a anatomia**: antinaturalismo e materialismo no pensamento feminista francês (1960-1980), 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

ANZALDÚA, Gloria. **A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios**. Tradução de tatiana nascimento. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2021.

AZEVEDO, Adriana. Corpo-atritável ou uma nova epistemologia do sexo. In: TEIXEIRA, Heloísa (org.). **Pensamento feminista hoje**: sexualidades no sul global. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 254-263, 2020.

BUTLER, Judith; RUBIN, Gayle. Tráfico sexual – entrevista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 157-209, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332003000200008>. Acesso em: 4 fev. 2026.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. Tradução de Victor Galdino et al. São Paulo: Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. **Imitación e insubordinación de género**. Tradução de Mariano Serrichio. Parole de Queer [blog], 2015. Disponível em: <https://paroledequeer.blogspot.com/2015/07/imitacion-e-insubordinacion-de-genero.html>. Acesso em: 7 mar. de 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2024.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

CAETANO, Morgan Franzoni. **Estudos não-binários**: mapeamento de uma década de publicações sobre não-binariedade de gênero no Brasil. 2024. 189 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

CANO, Vir. **Ética tortillera**: ensayos em torno al êthos y la lengua de las amantes. Buenos Aires: Madreselva, 2015a.

CANO, Vir. **Políticas del nombre (im)propio**: decir-nos tortilleras. Instantes y Azares: Escrituras nietzscheanas, n. 15-16, p. 163-174, 2015b.

CORRÊA, Sonia; RODRIGUES, Carla. Apresentando Terfs, movimentos críticos do gênero e feminismos pós-fascistas. **Cadernos Pagu**, v. 68, n. e236801, p. 1-25, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449202300680001>. Acesso em: 4 fev. 2026.

COSSI, Rafael. **Lacan e o feminismo**: a diferença dos sexos. São Paulo, Zagadoni, 2020.

DOYLE, Iracy. **Contribuições ao estudo da homossexualidade feminina**. Rio de Janeiro: Imago, 1956.

FALQUET, Jules. Breve reseña de algunas teorías lésbicas. In: FALQUET, Jules. **De la cama a la calle**: perspectivas teóricas lésbico-feministas. Bogotá: Brecha Lésbica, 2006.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. Tradução de Renato Aguiar. **Cadernos de Crítica Feminista**, n. 5, p. 8-31, 2012. Disponível em: [https://soscorpo.org/documento/cadernos-de-critica-feminista-n-5/?doing\\_wp\\_cron=1770160320.5360040664672851562500](https://soscorpo.org/documento/cadernos-de-critica-feminista-n-5/?doing_wp_cron=1770160320.5360040664672851562500). Acesso em: 4 fev. 2026.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. In: GREEN, James N. et al. (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 91-120.

FLORES, Guilherme Gontijo. **Safo**: fragmentos completos. São Paulo: Editora 34, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LAURETIS, Teresa de. When lesbians were not women. **Labrys**, número spécial, s. p., 2003. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/special/special/delauretis.htm>. Acesso em: 24 mar. 2025.

LEAL, Bruno Souza. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de; ALZAMORA, Geane. (Orgs.). **Textualidades mediáticas**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2018, v. 1, p. 17-34.

LITTEL, Nina. Playing the game of lesbian imagination: radical lesbian feminist organising in the Dutch Lesbian Nation. **Women's History Review**, v. 31, n. 1, p. 68-87, 2021.

MOGROVEJO, Norma. **Um amor que se atreviu decir su nombre**: la lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina. Cidade do México: Plaza y Valdés, 2000.

MORAGA, Cherríe. La Güera. In: MORAGA, Cherríe. **Loving in the war years**. Boston: South End Press, 1983, p. 50-59.

MOTTER, Julianna. Ética sapatão: por uma ética fora do CISTema. **Periódicus**, v. 20, n. 1, 2024, p. 83-105. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i20.54854>. Acesso em: 4 fev. 2025.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**. Relatório para uma academia de psicanalistas. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: editora n-1, 2004.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002>. Acesso em: 4 fev. 2026.

REA, Caterina. Pensamento Lésbico e Formação da Crítica Queer of Color. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, p. 117-133, 2018. DOI: <https://doi.org/10.9771/cgd.v4i2.26201>. Acesso em: 4 fev. 2026.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas**, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 3 fev. 2026.

RODRIGUES, Carla. **Judith Butler, a filósofa que rejeita classificações**. Tradução de Cadu Ortolan. Revista CULT [online], 5 nov. 2013. Disponível em: [https://revistacult.uol.com.br/home/judith-butler-filosofa-que-rejeitaclassificacoes/?aff\\_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996](https://revistacult.uol.com.br/home/judith-butler-filosofa-que-rejeitaclassificacoes/?aff_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996). Acesso em: 7 mar. 2025.

SALDANHA, Inácio. A monossexualidade em debate: classificações e genealogias possíveis. **Temáticas**, v. 32, n. 64, p. 17-54, 2024. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v32i64.18636>. Acesso em: 4 fev. 2025.

SHAKTINI, Namascar (org). **On Monique Wittig**: theoretical, political, and literary essays. University of Illinois Press, 2005.

TOMÉ, Maria Célia Araújo. **Corpos, identidades e sexualidades em disputa nos feminismos lésbicos**. 2024. 140 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

TORRES, Igor Leonardo de Santana; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Desidentificação crítica ou notas sobre uma estética das multiplicidades: do materialismo lésbico de Wittig às suas interpretações queer. **Revista Ártemis**, v. 35, n. 1, p. 151–167, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/62363>. Acesso em: 3 fev. 2026.

WARMLING, Diego; BASTONE, Petra. Sobre a crítica ao pensamento hétero e a desconstrução das categorias de gênero: Butler leitora de Monique Wittig, **Cadernos Pagu**, n. 68, e236809, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449202300680009>. Acesso em: 4 fev. 2026.

WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual**. Tradução de Maíra Mendes Galvão. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ZILLER, Joana; VILLAS CARVALHO, Flora; LAMOUNIER, Gab; FACHARDO, Isadora; HOKI, Leíner; TEIXEIRA, Lídia de Paula Ferreira; MORENA, Marina. Lesbianidades em rede: visibilidades e invisibilidades no YouTube. In: **Anais do VI Simpósio Rede Latino-Americana de Estudos em Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits)**, 2019. Disponível em: [https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Ziller\\_et\\_all-LAVITISS-2019.pdf](https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Ziller_et_all-LAVITISS-2019.pdf). Acesso em: 16 out. 2025.

### **Who is the subject of lesbianity? Contributions from Monique Wittig, Judith Butler and Vir Cano**

Abstract: This article aims to explore possible answers to the question of who the subject of lesbianity would be, drawing on the thought of Monique Wittig, Judith Butler, and Vir Cano. The contributions of these authors make it possible to understand lesbianities as an unstable, fluid, and politically potent category, constantly being reconfigured and contested. By critically articulating these three theoretical frameworks, this discussion highlights the possibility of a more plural and open understanding of lesbian identities – one that not only challenges hierarchies of gender and sexuality but also broadens the horizons of recognition and belonging. In light of the current political backlash and the resurgence of essentialist perspectives that employ supposedly biological arguments to define identities and practices, within both activism and Lesbian Theory, revisiting pioneering studies and emphasizing their disruptive potential becomes a crucial step in constructing a theoretical toolkit to confront conservative and restrictive conceptions of lesbian identity.

Keywords: Judith Butler. Monique Wittig. Lesbian theory. Vir Cano.

**Recebido: 30/05/2025**

**Aceito: 13/01/2026**